

ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PROFICIÊNCIA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA NO SPAECE

Hulda Barros Rodrigues Bastos*

RESUMO

O artigo trata da análise dos resultados de proficiência, nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace), do 2º ano do ensino fundamental, na Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, em série histórica de 2009 a 2019. Recorre a dados e informações disponibilizados nos domínios do Spaace, da Secretaria de Educação do Ceará (Seduc/CE) e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Algumas referências bibliográficas foram visitadas na procura de outros olhares sobre a temática de melhoria dos resultados da aprendizagem, dentre eles: Lima (2010); Lopes, Vieira e Ramos (2017); Francisco (2006); Vieira (2007); Freire (2016) e Perry (2009). O estudo apresenta a Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza e o comportamento dos principais indicadores educacionais, tais como a evolução da matrícula e do parque escolar, taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Spaace, bem como identifica as políticas públicas de grande impacto na prática pedagógica, que modificaram diretamente o comportamento dos resultados obtidos, como as políticas de priorização da leitura na idade certa, a gestão democrática com foco na aprendizagem dos estudantes e os mecanismos de monitoramento desta aprendizagem, por meio da criação de sistemas próprios de avaliação. Traz a memória histórica, da construção de uma nova perspectiva de sucesso educacional e, por fim, aponta sugestões no sentido de dar continuidade às políticas educacionais para maior avanço.

Palavras-chave: Spaace-Alfa. Rede Municipal de Fortaleza. Proficiência do ensino fundamental.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise do desempenho dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Fortaleza, em língua portuguesa, considerando o nível de proficiência referente aos resultados obtidos no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace), nos anos compreendidos entre 2009 a 2019.

Mais que um direito subjetivo de todo cidadão, a educação é condição democrática para inclusão social, portanto é indispensável que os sistemas educacionais promovam uma educação com qualidade, que assegure direitos de acesso e permanência com sucesso, para todos.

Para tanto, os desafios das redes de ensino na construção de um serviço prestado com qualidade, pressupõem uma dinâmica mais elaborada e bem orquestrada no acompanhamento dos indicadores educacionais, que indicam a concretização de tais esforços para a aquisição de uma educação de qualidade. Uma alternativa nesse sentido está na realização e na ampla publicização dos resultados das avaliações em larga escala como ação, com vistas à intervenção em marcos educacionais específicos, como por exemplo, o da aprendizagem da

* Especialista em Estatísticas e Avaliação Educacional. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: huldabarros1@hotmail.com.

leitura e escrita em idade apropriada e o acompanhamento de indicadores que sinalizam tal estágio educacional. Partindo desta premissa, Lima (2010) expressa que:

A superação desse desafio, sobretudo nos países menos desenvolvidos, pressupõe, além da necessidade de avanços em vários outros aspectos de conjuntura macro, transformações nos modelos e práticas educacionais vigentes, assim como no acompanhamento e monitoramento dos serviços educacionais ofertados, com base em dados, indicadores e informações significativas e confiáveis, capazes de retratar as condições de efetividade, qualidade e equidade do sistema educacional (LIMA, 2010, p. 41).

Tendo esse cenário em perspectiva, a análise proposta busca debruçar-se sobre os dados do Spaece, conforme já mencionado, e os resultados obtidos pela Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, quanto à proficiência dos alunos do 2º ano do ensino fundamental, na série histórica de 2009 a 2019. A observação da dinâmica dessa série, sua evolução ou involução e as políticas públicas adotadas, como possível influência direta no comportamento apresentado e suas variáveis são objetos dessa análise documental.

A Cidade de Fortaleza possui uma das maiores redes de ensino pública, entre as capitais brasileiras e apresenta, também, um território com grandes desigualdades sociais. Com uma população projetada de 2.686.612 habitantes, em uma área de 313,8 km², correspondendo assim, a 7.786,44 hab./km², possui a maior densidade demográfica do país (IBGE, 2020). Sendo uma das maiores cidades do país, em termos populacionais, a Rede Pública de Ensino não poderia ser diferente.

Em 2020 a Rede Municipal alcançou a marca de 229.619 alunos (INEP, 2020), distribuídos em 581 unidades educacionais, conforme os dados preliminares do Censo Escolar em setembro de 2020.

Na série histórica de análise nesse artigo, compreendida entre 2009 a 2019, a Rede ampliou de 456 para 575 unidades educacionais e reduziu de 238.978 para 220.420 alunos, devidamente matriculados (CENSO ESCOLAR, 2009-2019). Nesse mesmo período os resultados de proficiência no Spaece da Rede Pública Municipal de Ensino, especificamente no 2º ano do ensino fundamental, registrou um importante salto qualitativo, pois a média de proficiência dos alunos em língua portuguesa passou de 118,5 para 202,0, representando um crescimento significativo para a etapa de ensino.

Diante da evolução registrada na média de proficiência, da autora ser servidora de carreira da Rede Pública Municipal de Ensino, desde 1998, inicialmente ocupando o cargo de professora e, atualmente, como técnica em educação, com lotação funcional na Coordenadoria de Planejamento da Secretaria Municipal da Educação (SME) e, por perceber a importância de examinar as políticas públicas adotadas pela instituição para a evolução da linha histórica, justifica-se o estudo como forma de consolidar, preservar e divulgar as informações coletadas e mostrar a possível indicação das políticas de responsabilização.

Assim, surge o questionamento: *Que políticas públicas e quais esforços foram adotados para à obtenção de êxito em uma grande rede de ensino?*

Dada a dimensão da Rede apresentada e do objeto de estudo, buscou-se como perspectiva metodológica a análise da proficiência em língua portuguesa, alcançada pelo 2º ano do ensino fundamental, da Rede Pública Municipal de Fortaleza, procurando compreender como tão baixos níveis de aprendizagem identificados, inferiores aos demais municípios cearenses, conseguiram ser superados. A Rede Pública Municipal de Fortaleza subiu 81 posições, deixando de ocupar o último lugar entre os municípios do Estado e, o mais importante, atingiu 94,4% das crianças alfabetizadas na idade certa, conforme estabelecido para 2º ano do ensino fundamental.

De outro modo, segundo dados de 2019, Fortaleza está entre as capitais brasileiras que mais cresceram no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As escolas municipais superaram, em 2017, a meta que o Ministério da Educação (MEC) havia projetado para 2021. Em 2011, partiu da nota 4.2, para 6.2 em 2019, no tocante ao 5º ano do ensino fundamental e de 3.5 para 5.2, no mesmo período, em relação ao 9º ano do ensino fundamental. Em ambos, 5º e 9º anos, a cidade de Fortaleza ultrapassou as médias alcançadas pelas escolas do Nordeste e do Brasil.

A partir dessa perspectiva metodológica foi possível sugerir algumas hipóteses iniciais que ajudam a compreender o tema e a pensar nas análises que serão possibilitadas, a partir dos dados levantados, em especial do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), e ações promovidas, tais como o acompanhamento pedagógico sistemático dos professores, a implantação gradativa da jornada escolar ampliada; a seleção democrática de gestores.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, passou pelas três fases definidas por Minayo (2001), sendo elas: a fase exploratória, de amadurecimento do objeto de estudo e de sua delimitação enquanto problema a ser investigado; a fase de coleta de dados, com o levantamento de informações públicas no tocante ao problema; e a fase de análise de dados, o tratamento da informação, leitura e interpretação dos dados coletados.

Como consulta bibliográfica utilizou-se dados secundários apresentados nos domínios do Spaece, da Secretaria de Educação do Ceará (Seduc/CE), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Já referências bibliográficas visitam revistas, artigos, teses e relatórios intrínseco ao tema abordado, onde apontam-se os autores Lima (2010); Lopes, Vieira e Ramos (2017); Francisco (2006); Vieira (2007); Freire (2016) e Perry (2009). Desta feita, o artigo está estruturado em quatro seções. Além da introdução, que consta como primeira seção do artigo, o segundo capítulo expõe uma contextualização da rede de ensino em que o objeto de estudo está inserido. A terceira seção apresenta um breve histórico e analisa os dados coletados por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Spaece e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF, à luz do referencial teórico. O quarto e último capítulo apresenta as considerações finais do artigo.

2 REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA: APRESENTAÇÃO

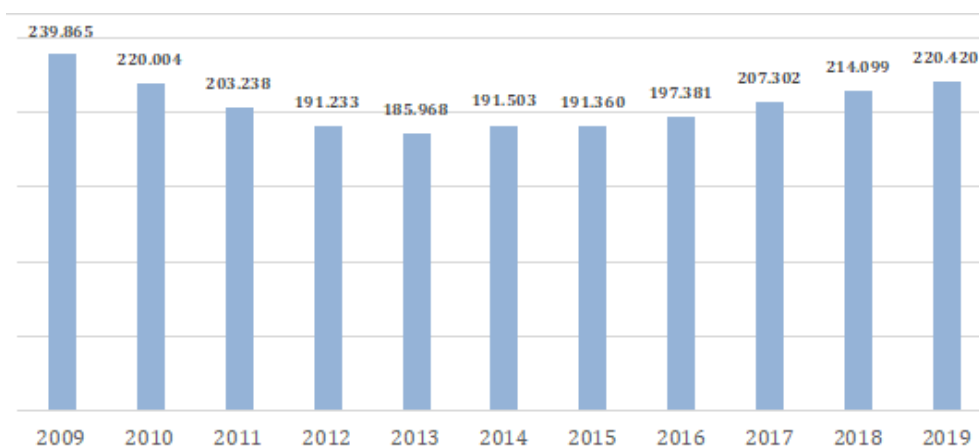
A Cidade de Fortaleza possui uma das maiores redes de ensino pública entre as capitais brasileiras e apresenta, também, um território com grandes desigualdades sociais. Com uma população projetada de 2.686.612 habitantes, em uma área de 313.8 km², correspondendo assim, a 7.786,44 hab./km², possui a maior densidade demográfica do país (IBGE, 2020). Sendo uma das maiores cidades do país, em termos populacionais, a rede de ensino pública não poderia ser diferente. Em 2020 a rede municipal alcançou a marca de 229.619 alunos (INEP, 2020), distribuídos em 581 unidades educacionais, conforme os dados preliminares do Censo Escolar, de setembro 2020.

No ano de 2009, a cidade de Fortaleza apresentava uma situação complexa, resultante de um crescimento acelerado realizado de forma desfragmentada, sem um planejamento voltado a projetar sua forma urbana, com o propósito de garantir os serviços públicos acessíveis a todos os seus habitantes, e que organizasse os diversos personagens envolvidos no enfrentamento dos seus problemas econômicos, sociais e ambientais decorrentes, principalmente, do processo de achegamento à capital cearense das últimas décadas, desafio compartilhado pelas grandes cidades brasileiras de forma geral, como apontado por Vieira: “Por razões as mais diversas, ao longo da história, o Brasil tem se defrontado com grandes dificuldades em ofertar educação em quantidade e qualidade compatível com as necessidades de desenvolvimento e de cidadania de sua população” (VIEIRA, 2007, p. 45).

Com relação a situação educacional, a cidade de Fortaleza também apresentava um histórico que demandava um olhar diferenciado no enfrentamento dos problemas relacionados ao último lugar, no Estado do Ceará, quanto ao indicador da qualidade na aprendizagem dos alunos do 2º ano do ensino fundamental (Spaace-Alfa); à questão do núcleo gestor das escolas, o qual era escolhido sem critérios definidos; ao problema de redução das matrículas escolares em todas as etapas de ensino da rede, houve redução do número de matrícula em quase cinquenta e quatro mil alunos, no período de 2009 a 2012; à inexistência de Escolas de Tempo Integral e política ampliada de tempo integral; a ausência de política de formação continuada para os professores, dentre muitos outros, conforme Vieira explicita: “O inventário de dificuldades poderia ir além, mas não cabe aqui aprofundá-las senão referi-las no sentido de explicitar o significado de ‘olhar nos olhos da tragédia educacional’” (VIEIRA, 2007, p.45).

O gráfico abaixo ilustra o contexto de diminuição de matrículas na rede de 2009 a 2019 e obviamente a queda na credibilidade do serviço ofertado, um dos problemas elencados acima.

Gráfico 1 - Evolução da Matrícula na Rede Municipal – 2009 a 2019

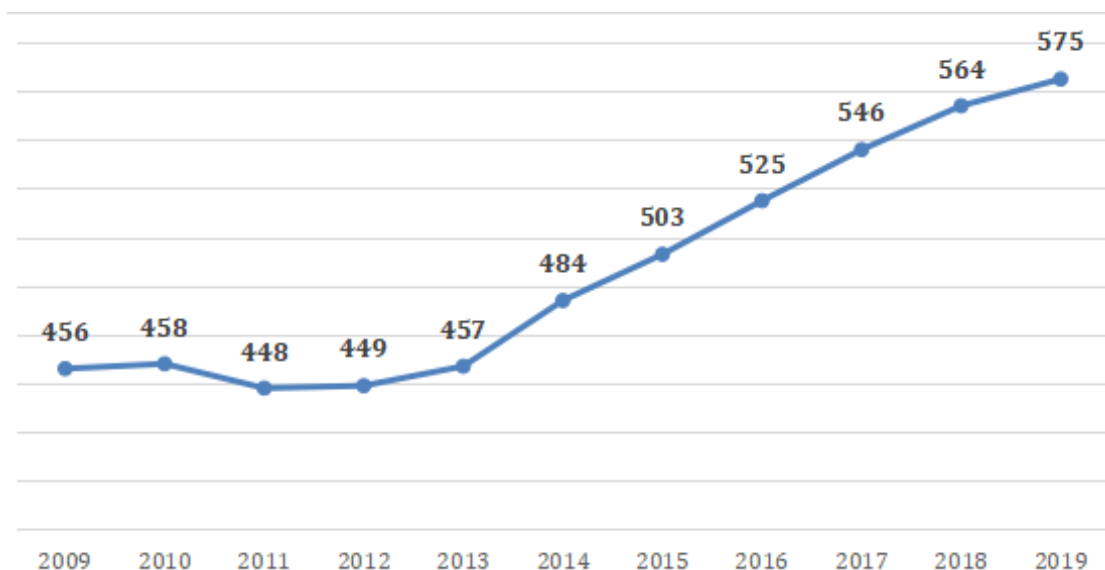


Fonte: Inep/MEC (2019).

O trabalho da Secretaria da Educação, a partir desse cenário apresentado, foi elaborar um plano de ação focado nos seguintes objetivos: melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações externas (Spaace, Prova Brasil) e nos resultados de aprendizagem; fortalecer a ação pedagógica e a gestão escolar com foco na aprendizagem dos alunos; desenvolver políticas voltadas para o estímulo ao protagonismo estudantil e à cultura de paz nas escolas; implementar a política de formação e valorização do magistério municipal, inclusive com investimentos na seleção de professores formadores; melhorar as estruturas das escolas existentes e ampliar o parque escolar e Centros de Educação Infantil da Rede (FORTALEZA, 2019).

Para o atendimento, com qualidade, dessa matrícula, investiu-se na ampliação, requalificação e melhoria do parque escolar. O Gráfico 2 demonstra esse crescimento.

Gráfico 2 - Evolução do Parque Escolar da Rede Municipal (2009-2019)

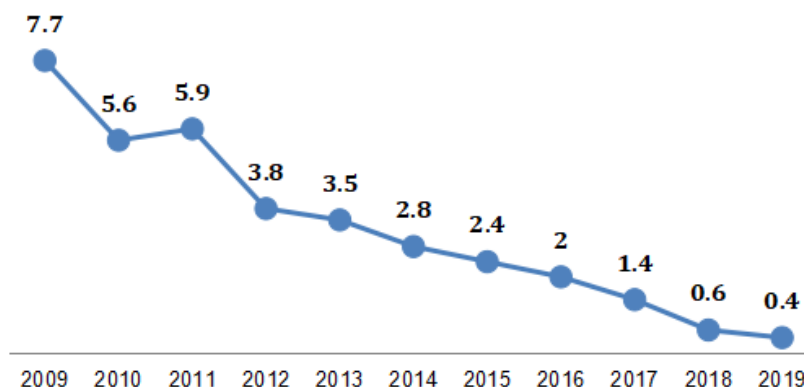


Fonte: Fortaleza (2019).

A principal diretriz que norteia essa política social nas gestões municipais da capital cearense é a efetivação do direito social à educação com qualidade para todos, conforme previsto nas legislações vigentes, em especial no Plano Municipal da Educação construído no período de recorte deste estudo (FORTALEZA, 2015). Sendo assim, compete ao município o desenvolvimento, acompanhamento e melhoria da educação infantil e ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, bem como das modalidades da Educação Inclusiva e a Educação de Jovens e Adultos, com ênfase na Política de Educação em Tempo Integral.

O gráfico a seguir reflete o comportamento da rede de ensino quanto ao atendimento prestado no período de uma década:

Gráfico 3 - Taxa de Abandono do Ensino Fundamental – 2009 a 2019



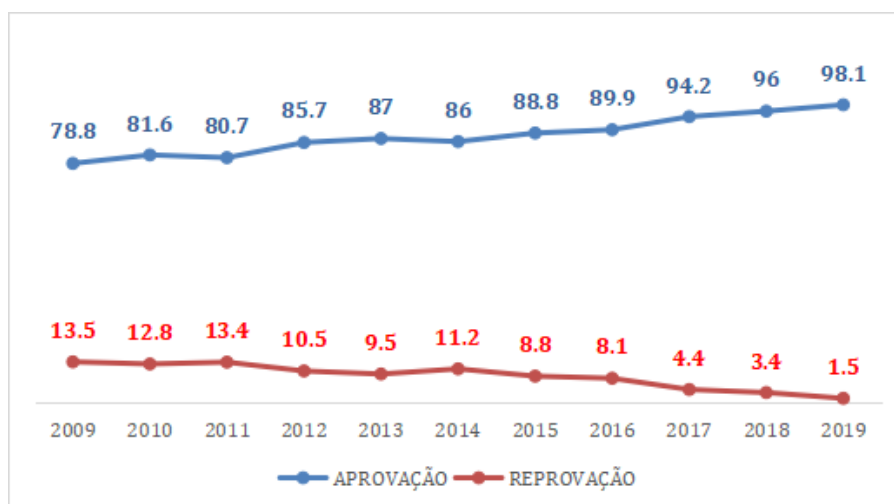
Fonte: Inep/MEC (2019).

O abandono escolar é uma das principais causas do insucesso educacional. Existem inúmeras variáveis que interferem na trajetória escolar dos alunos e que os levam a abandonar a escola. No contexto da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza alguns problemas vêm sendo minimizados, por meio de ações articuladas do poder público com instituições e a

comunidade escolar, no sentido de assegurar as condições efetivas do processo de ensino e aprendizagem, de modo que favoreçam a permanência, com sucesso, do aluno na escola.

Essa redução da Taxa de Abandono, em sua linha histórica, evidenciada no gráfico acima, demonstra uma queda marcante, de forma gradativa, para quase extinção, explicitando uma presença mais forte das crianças em sala de aula, o que deve colaborar para os indicadores que se apresentam na qualidade do ensino. Vejamos isto, a partir das taxas de rendimento apresentadas no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Taxa de Rendimentos do Ensino Fundamental na Rede Municipal – 2009 a 2019



Fonte: Inep/MEC (2019).

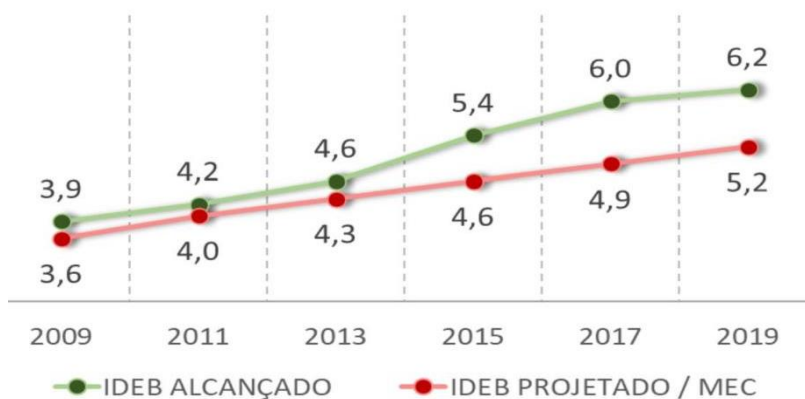
O gráfico acima demonstra um crescimento na Taxa de Aprovação ao atingir a maior taxa do período (2019), com 98,1% dos alunos do ensino fundamental atingindo o sucesso escolar. Quanto à Taxa de Reprovação, despencou de 13,5% dos alunos reprovados, em 2009, para 1,5% no ano de 2019, tornando esse indicador uma taxa de sucesso na rede de ensino. Os anos de 2014 a 2019 foram os mais acentuados nessa diminuição.

Outra importante ação com foco prioritário na aprendizagem dos alunos, refere-se às avaliações externas evidenciadas por meio do Ideb, na qual se identificam os níveis de aprendizagem alcançados, contribuindo para tomada de decisões relativas às intervenções pedagógicas voltadas para a melhoria do aprendizado no ensino fundamental.

Os alunos das escolas municipais de Fortaleza, a nível nacional, são avaliados a cada dois anos, pela Prova Brasil, avaliação de larga escala, que juntamente com dados do rendimento escolar, geram o Ideb, utilizado na mensuração dos alunos do 5º e 9º anos.

Apresentam-se, no gráfico a seguir, as linhas históricas desse processo avaliativo, que contextualizam o município frente as metas projetadas e alcançadas:

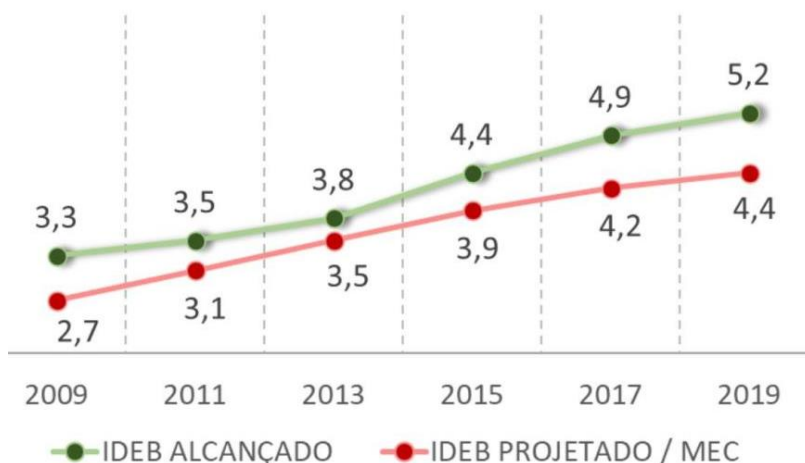
Gráfico 5 - Ideb - Anos Iniciais – (Alcançado X Projetado)



Fonte: Inep/MEC (2019).

A exemplo do dados apresentados no Gráfico 5, o mesmo acontece com os anos finais do ensino fundamental, onde se comprova os avanços nessa etapa educacional, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Ideb - Anos Finais (Alcançado X Projetado)



Fonte: Inep/MEC (2019).

As informações acima demonstradas refletem a posição privilegiada do Município de Fortaleza que vem, sistematicamente, ultrapassando as metas previstas.

Desta feita, apresentado o panorama inicial da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, nos deteremos na análise das edições do Spaece, especificamente, no recorte de 2009 a 2019, conforme veremos a seguir.

3 SPAECE: BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA E SEUS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA

O Spaece, coordenado pela Seduc/CE, foi implantado em 1992, sendo um dos primeiros estados do Brasil a criar seu próprio sistema de avaliação e, tendo como objetivo fornecer subsídios para a formulação e o monitoramento das políticas educacionais, possibilitando aos professores e gestores um diagnóstico da educação pública (FREIRE, 2016).

O sistema foi criado como Avaliação do Rendimento Escolar dos Alunos de 4ª e 8ª série do ensino fundamental, sendo aplicado, em sua primeira edição, em escolas da rede

estadual de ensino localizadas na capital do Ceará, Fortaleza. A aplicação foi feita de forma censitária e com testes padronizados de Português e Matemática.

Caracterizada como uma avaliação externa de larga escala, hoje avalia, de forma censitária, as competências e habilidades dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, nas disciplinas de Português e Matemática, de todos os municípios do estado do Ceará. Dos dados coletados em cada edição da avaliação são identificados os níveis de proficiência, sendo possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ano a ano, já que a aplicação tem periodicidade anual. A avaliação tem como base Matrizes de Referência alinhadas com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O Sistema possui três focos principais de análise. São eles: avaliação da alfabetização, chamado Spaece-Alfa que monitora a aprendizagem do 2º ano do ensino fundamental; a avaliação do ensino fundamental, com foco nos 5º e 9º anos e a avaliação do ensino médio, com recorte nas 3ª séries. Portanto, tem foco nas finalizações de etapas educacionais, com olhar específico na aprendizagem da leitura no tempo certo dos estudantes do 2º ano, enfatizando a importância necessária em alfabetizar nos primeiros anos de escolaridade.

A partir de cortes numéricos, que agrupam os níveis da escala de proficiência atingidas pelos alunos nas avaliações, com base nas metas educacionais definidas, são estabelecidos os Padrões de Desempenho que, além de permitirem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos, determinam critérios que indicam o padrão de qualidade do ensino ofertado e os direitos de aprendizagem dos alunos, classificando o desempenho em cinco padrões, conforme quadro apresentando a escala referente ao 2º ano do ensino fundamental:

Quadro 1 - Escala de proficiência Spaece-Alfa

Padrão de Desempenho	Significado	Proficiência
Não alfabetizado	Conhecimento de escrita mínimos.	Até 75 pontos
Alfabetização incompleta	Iniciado um processo de domínio e sistematização de habilidades consideradas básicas e essenciais à alfabetização.	De 75 pontos a 100 pontos
Intermediário	Conseguem ler com autonomia palavras que apresentam padrões silábicos mais complexos.	De 100 até 125 pontos
Suficiente	Começam a desenvolver habilidades de compreensão global do texto.	De 125 até 150 pontos
Desejável	Estabelecem relações entre as várias partes do texto de forma global.	Acima de 150 pontos

Fonte: CAED (2021).

Os Padrões de Desempenho são referências utilizadas como critério para indicar em que nível se encontram os alunos, ao sinalizarem as características de cada nível demarcado. Nesse sentido é possível identificar e analisar os aspectos cognitivos, bem como a diferença entre os que estão mais preparados e os que estão menos habilitados.

O Padrão de Desempenho Suficiente indica que o aluno consegue realizar tarefas que exigem habilidades de leitura mais sofisticadas, pois começa a desenvolver aptidão de compreensão global do texto. Esse aluno é considerado alfabetizado, embora ainda apresente dificuldades para fazer leituras mais extensas. No Padrão de Desempenho Desejável, o aluno consegue identificar o assunto de um texto e apresenta leitura mais autônoma, com possibilidade de prosseguir sua trajetória escolar com sucesso.

Por se tratar de uma avaliação contínua, os resultados permitem que a escola possa realizar as intervenções pedagógicas adequadas às necessidades do aluno, considerando o

processo de alfabetização e a melhoria da aprendizagem. Já o desempenho da rede de ensino gera o Índice de Desempenho Escolar (IDE).

Na construção do Índice de Desempenho Escolar (IDE) são reunidas três variáveis importantes para a qualidade da educação: a proficiência obtida pela escola na prova do Spaece, transformada em uma escala com notas de 0 a 10, a taxa de participação na referida prova e o fator de ajuste para universalização do aprendizado.

O Índice de Desempenho Escolar (IDE) foi desenvolvido a partir da necessidade de expressar de maneira clara o desempenho de cada escola nas avaliações do Spaece. Assim, para se alcançar um entendimento amplo, optou-se por uma escala de 0 a 10, mais familiar, e de fácil compreensão. Dessa forma, surgem os índices, o IDE-Alfa o IDE-5 e o IDE-9 (SEDUC/CE, 2016, p. 25).

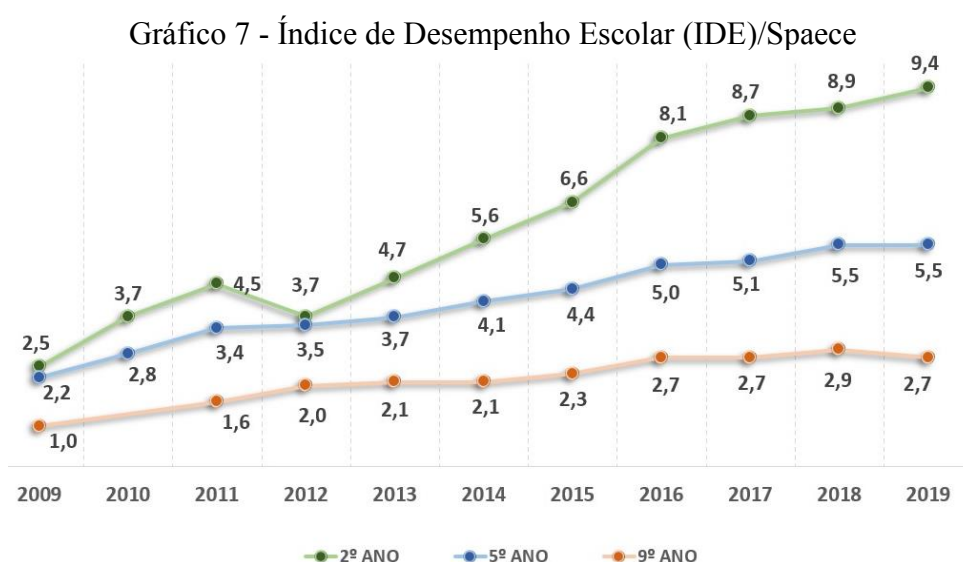
Diante do exposto a Proficiência da Alfabetização é consequência da avaliação do 2º ano, interpretado por meio de uma escala de proficiência, onde 200 é o limite superior para o cálculo do IDE. Cada pontuação nessa escala corresponde ao conjunto de competências aguardado, por nível de desempenho do aluno.

A taxa de participação é o resultado da totalidade dos alunos que participaram da avaliação, dividido pelo número de alunos matriculados nas turmas avaliadas. É um método utilizado como forma de incentivar a participação de todos na avaliação.

O IDE-Alfa, aspecto importante desse estudo, junto às proficiências do 2º ano, do qual o cálculo está vinculado aos resultados obtidos nas avaliações do Spaece-Alfa, tem como finalidade representar o desempenho de cada escola ou município, com relação ao seu processo de alfabetização.

No gráfico 7, disponibiliza-se os dados do IDE/Spaece em série histórica para contextualização dos avanços do município de Fortaleza.

A progressiva melhoria em leitura e escrita que as avaliações indicam é resultado do fortalecimento de programas como Paic e Pnaic ao longo da gestão.



Fonte: CAED (2019).

Desta feita, o gráfico acima demonstra o desempenho da Rede Municipal traduzindo os seguintes fatos: entre 2009 e 2019 ocorreu um crescimento de 276% do Índice Spaece para o 2º ano do ensino fundamental; uma evolução de 150% do Índice Spaece para o 5º ano e 170% de aumento do Índice Spaece para o 9º ano.

Tratando-se de uma avaliação longitudinal é possível acompanhar o desempenho de municípios, escolas, alunos e as características de gestores e professores, acompanhando assim a evolução da aprendizagem e fatores que impactam diretamente sobre o processo educacional. Conforme analisaremos a seguir.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS DA PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O município de Fortaleza participa da avaliação do Spaece-Alfa desde sua primeira edição. Desta feita, há um vasto material disponível para estudo dos resultados obtidos nas avaliações. Para base desse estudo, optou-se pelo recorte de 2009 a 2019, ou seja uma década de exames e um período considerável de respostas às políticas públicas adotadas, a partir da análise dos resultados atingidos.

Outrossim, considerando a quantidade de escolas avaliadas, observa-se, entre 2012 e 2019, um movimento de qualidade. De um lado, elevação de 955% no número de escolas que alcançaram o nível desejável; de outro, atingiram esse nível 100% das escolas avaliadas, ou seja, 211 escolas no nível desejável, o que demonstra a Tabela a seguir:

Tabela 1 – Escolas com Padrão Desejável de Aprendizagem no Spaece-Alfa

Ano	Nº escolas desejável	Total escolas avaliadas/existentes	% escola desejável
2009	15	231	6,5%
2010	33	237	13,9%
2011	58	233	24,9%
2012	20	232	8,6%
2013	30	229	13,1%
2014	74	204	36,3%
2015	146	199	73,4%
2016	196	204	96,1%
2017	202	206	98,1%
2018	206	208	99,0%
2019	211	211	100,0%

Fonte: Seduc/CE (2019).

Por sua vez, os dados apresentados no gráfico acima, já demonstram o posicionamento dos gestores em incentivar à participação na avaliação. Entende-se que isso se deva, ao menos parcialmente, à alteração na legislação específica à Lei nº 12.612/1996, especificamente por meio da nova redação dada pela Lei n.º 15.922, de 15 de dezembro de 2015 ao Art.º 1, Inciso I:

18% (dezoito por cento) em função do Índice Municipal de Qualidade Educacional de cada município, formado pela taxa de aprovação dos alunos do ensino fundamental e pela média obtida pelos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede municipal em avaliações de aprendizagem (CEARÁ, 2015, p. 5).

A nova redação sujeita o repasse do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feito pelo Estado ao município, à nota atingida no IDE - Spaece e, conseqüentemente, as variáveis de composição do índice: aprovação, participação na avaliação e proficiência.

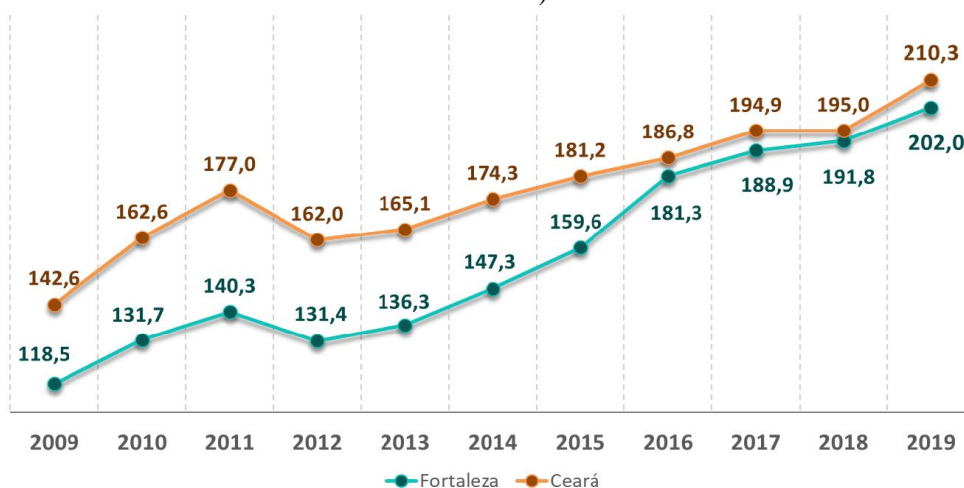
Segundo Shirasu, Irffi, Petterini (2013, p.3), “o ICMS é o principal instrumento tributário das Unidades da Federação, além de ser o imposto que gera o maior volume de receitas públicas no país”, o que demonstra a importância desse repasse para o orçamento municipal e o presume um comprometimento do município em atuar para receber esses recursos.

É importante ressaltar que tal metodologia de repasse remete ao ano de 2007 e que merece um estudo à parte, devido à grande repercussão da política implementada e que tem sido referência em boas práticas de gestão pública para outros estados da federação, que buscam conhecer de perto experiências exitosas do Estado do Ceará.

Na análise dos dados apresentados na Tabela 1, pode-se verificar, ainda, que o município avançou de 6,5% para 100% das escolas no nível desejável de aprendizagem, de 2009 a 2019. Tal dado é de grande relevância no entendimento do desenvolvimento da qualidade e equidade da educação oferecida a todos os alunos da Rede Municipal de Fortaleza.

Da mesma forma e aprofundando os dados, verifica-se a evolução da proficiência média da Rede Municipal de Ensino, conforme exposto no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Proficiência média do 2º ano (rede pública municipal x rede pública estadual)



Fonte: CAED (2019).

O termo técnico “proficiência” especifica o conhecimento ou à aptidão que os alunos expressam ter, em relação a um determinado conteúdo de uma disciplina avaliada pelas avaliações cognitivas. Quanto menor a proficiência do estudante, mais baixo é o seu padrão de desempenho, e vice e versa. Perry assim afirma:

Na escala de proficiência o desempenho dos avaliados é disposto em níveis de aprendizagem, do mais baixo ao mais alto. De acordo com a apresentação dos dados, os alunos que já desenvolveram as habilidades cognitivas de um nível mais alto da escala também dominam as habilidades dos níveis anteriores, o que é um princípio da TRI, pois segue o parâmetro de dificuldade do item (parâmetro b) (PERRY, 2009, p. 23).

No gráfico acima podemos verificar o município de Fortaleza com uma proficiência 24,1 pontos abaixo da média do Estado do Ceará em 2009, numa linha bastante distanciada e em nível de proficiência diferentes, atingindo seu pico de distanciamento em 2011 com 36,7 pontos. Enquanto os alunos do estado estavam a nível de habilidades de compreensão global

de texto (nível suficiente), os do município de Fortaleza encontravam-se no nível intermediário, com proficiências de 100 até 125, lendo palavras com padrões complexos, mas sem compreensão global de textos.

A linha histórica do município, a despeito de crescer ano a ano, com exceção do ano de 2011 para 2012, está sempre aquém da linha estadual. Somente a partir do ano de 2015, Estado e Rede Municipal encontram-se no mesmo Padrão de Desempenho - Desejável. A maior aproximação entre os resultados ocorreu em 2018 com 3,2 pontos de diferença, com o resultado estadual sempre à frente. A finalização da série histórica aponta 8,3 pontos de diferenciação na proficiência média entre estado e Rede Municipal de Fortaleza.

O grande momento de aproximação das proficiências apresentadas deu-se entre os anos de 2016 a 2019, demonstrando que, a nível de Rede, houve o resultado de políticas públicas adotadas.

Em 2014, a Câmara de Fortaleza aprovou a Lei Complementar 169, em 12 de setembro, trazendo como marco a gestão participativa e democrática da Escola Pública Municipal de Fortaleza e, por meio dela a seleção por meritocracia dos gestores escolares.

Os princípios que passaram a nortear a gestão democrática no município, a partir da lei, são: participação da comunidade nas decisões **pedagógicas**, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados; respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos; autonomia escolar; transparência da gestão da escola; **garantia de qualidade**, traduzida pela busca da elevação permanente do nível de **aprendizagem** dos alunos; democratização das **relações pedagógicas** e de ambiente propício ao **aprendizado** e à **construção do conhecimento**; valorização do profissional da educação; escolha de gestores por seleção pública (FORTALEZA, 2014).

Dessa forma, a gestão da política educacional vigente propiciou a valorização e a qualificação da gestão democrática e da participação social como mecanismo para a população ser, cada vez mais parceira, além de forte aliada na busca conjunta pela qualidade de vida dos munícipes.

Passos importantes foram dados nesse sentido, com a implementação de organismos colegiados nas escolas (Conselho Escolar, Unidade Executora, Grêmios Estudantil) e em outras instâncias de gestão (Colegiado de Diretores, Comitê de Aprendizagem, Comitê Executivo, Comitê dos Distritos e Comitê de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários), os quais propiciam a formação cidadã (FORTALEZA, 2014).

No que diz respeito às muitas atribuições do Gestor Escolar, a legislação declara em seu Art. 53:

VIII. Acompanhar, avaliar e promover a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb e de quaisquer instrumentos avaliativos da aprendizagem dos alunos frente aos indicadores de aproveitamento escolar, estabelecendo conexões com a elaboração do projeto político pedagógico, plano de ensino e do plano de trabalho da direção da escola, com vistas ao constante aprimoramento da ação educativa (FORTALEZA, 2014, p.5)

Assim, o processo de transformação de uma escola pode partir de diferentes vertentes dentro da comunidade escolar. No entanto, a atuação do diretor tem um papel importantíssimo nesse movimento. Em grande maioria, o diretor acumula seus maiores esforços em atividades administrativas e/ou burocráticas, o que impacta diretamente o pedagógico (FRANCISCO, 2006).

A democratização da gestão não se concretiza em melhorias imediatas nos indicadores de aprendizagem da Rede. Vieira afirma:

Ao contrário, nos anos subsequentes à implementação de tal processo, os resultados de aprendizagem vieram a piorar. É verdade que tal situação não foi específica do Ceará, mas, antes, expressão de uma tendência nacional de queda de rendimento que, por certo, deve ser associada ao extraordinário aumento da oferta de vagas no período (VIEIRA, 2007, p. 47).

Por conseguinte, para além de democratizar a gestão escolar, a legislação que passa a vigorar a partir de 2014, prevê em seu Art. 75 e Parágrafo Único:

Fica criado no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza o “Programa Escola com Excelência em Desempenho”, a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Parágrafo Único - O Programa “Programa Escola com Excelência em Desempenho” visa atribuir premiação através de recursos financeiros ou bens móveis, às escolas públicas municipais de Fortaleza que, ao participarem de projetos específicos criados pela Secretaria Municipal da Educação, atinjam metas que deverão ser aferidas através da avaliação de indicadores devidamente especificados no referido projeto, conforme regulamentação própria (FORTALEZA, 2014, p. 8).

O Programa Escola com Excelência em Desempenho (Pemed) voltado, permanentemente, para a construção de uma gestão democrática eficiente e eficaz, institui o Prêmio Municipal de Gestão Escolar que, dentre outros objetivos, cria uma cultura de monitoramento dos recursos financeiros aplicados na manutenção e conservação da unidade escolar e de racionalização das contas públicas, estimulando práticas exitosas de gestão pedagógica, administrativa e financeira, bem como favorecendo a disseminação dessas práticas e garantindo condições favoráveis à melhoria da qualidade da educação.

O Prêmio, implementado a partir de 2015, vem sendo concedido anualmente às escolas, considerando os critérios relativos às ações sustentáveis e de melhoria contínua nas dimensões pedagógica, administrativo-financeira, social e de infraestrutura, que atuem, eficazmente, na: **sustentabilidade da aprendizagem**: cumprimento de dias letivos; definição das metas previstas e alcançadas no Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental (SAEF), sobre o qual falaremos a seguir, e no Spaece-Alfa e Spaece (5º e 9º ano); aumento do percentual de aprovação geral e nas disciplinas Português e Matemática; redução do percentual de reprovação; redução do percentual de infrequência dos estudantes; redução do absenteísmo docente; **Sustentabilidade social**; **Sustentabilidade administrativo-financeira**; **Sustentabilidade na infraestrutura**.

A partir dessas premissas, as escolas elaboram seu Plano de Metas. O Plano de Metas é um instrumental construído pela escola com o intuito de promover ações de melhorias contínuas, nas dimensões de sustentabilidade: pedagógica, administrativo-financeira, infraestrutura, através de proposição de metas e ações para uma educação de qualidade.

No final de cada ano, as escolas que alcançarem a pontuação determinada no edital, recebem o Selo Escola e Sustentabilidade, a ser afixado no Painel de Gestão à vista da instituição; recurso no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), referente a uma parcela adicional do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE), e elogio no Diário Oficial do Município para os servidores e funcionários lotados na instituição. As escolas com as maiores pontuações alcançadas, recebem placas de reconhecimento com o título “Escola destaque em Gestão do Distrito” e a unidade escolar que obtém a maior pontuação, dentre as classificadas, é certificada com o título de “Escola-Destaque em Gestão da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza”.

O foco das ações dos agentes educacionais está, portanto, direcionado aos resultados de aprendizagem, de proficiência e controle dos indicadores de abandono, aprovação e

reprovação, e seu papel de monitoramento e avaliação implementado de forma positiva, por meio do SAEF, instituído para realizar avaliações de natureza preventiva, geradoras de estudos dos resultados obtidos e do planejamento de ações voltadas para a melhoria dos indicadores.

O SAEF, implantado pela Secretaria Municipal da Educação, em 2013, é responsável pelos dados das avaliações internas diagnósticas produzidas pelas unidades escolares.

O objetivo do sistema é acompanhar a evolução de competências e habilidades de leitura e escrita dos alunos, com ênfase nas habilidades mínimas esperadas para cada etapa de ensino, servindo como base de reflexão, a trajetória de alfabetização dos alunos e as estratégias para o desenvolvimento das habilidades na idade certa, com foco no Spaece.

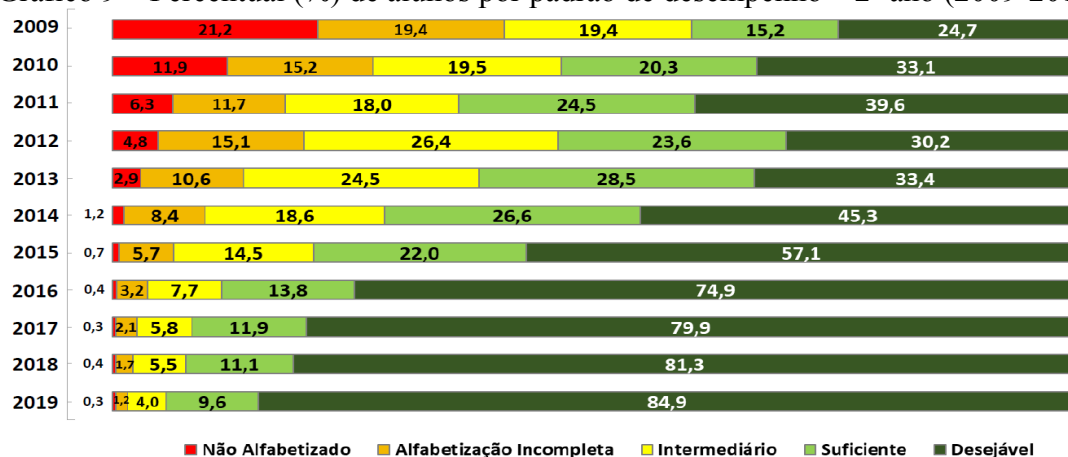
Para uma melhor utilização dos dados e dos resultados obtidos com as avaliações educacionais é importante que professores, especialistas e gestores conheçam seus sistemas, entendam seus objetivos e seus processos, saibam interpretar seus resultados e analisar como os mesmos podem influenciar na tomada de decisão em relação à sala de aula, às escolas e às redes de ensino. Para isso seria importante que diferentes formas de avaliação em larga escala, como as avaliações que procuram aferir a qualidade dos sistemas de ensino e as políticas educacionais, ganhassem mais espaço na formação dos profissionais da educação, inclusive na formação continuada e na formação em serviço, principalmente se considerarmos o crescente avanço das avaliações e a importância dada a elas entre as políticas públicas educacionais (PERRY, 2009, p. 11-12).

Assim, faz-se também, o monitoramento bimestral do desempenho escolar, com análise dos indicadores de aprovação, reprovação e abandono escolar dos alunos da Rede de Ensino, indicando a adoção de medidas e ações intervencionistas, com atenção para que as mesmas ocorram em tempo hábil (LOPES; VIEIRA; RAMOS, 2017).

Assim sendo, a Rede Municipal implantou um sistema próprio de avaliação em larga escala, no período de recorte deste estudo, seguindo os padrões do Spaece.

Desta feita, pode-se observar no gráfico a seguir, a política pública de sua implementação refletida na distribuição dos alunos nos níveis de proficiências do Spaece-Alfa:

Gráfico 9 – Percentual (%) de alunos por padrão de desempenho – 2º ano (2009-2019)



Fonte: CAED; Seduc/CE (2020).

Os dados apresentados no gráfico acima comprovam que no ano de 2009, 60% dos alunos do 2º ano da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza encontravam-se nos

padrões de desempenho designados não alfabetizado, alfabetização incompleta e intermediário. Tal dado é alarmante, haja vista os significados dos padrões de desempenho, já explanados no Quadro 1 deste estudo, e que, aproximadamente, 40% dos alunos encontravam-se nos níveis suficiente e desejável.

Mais uma vez, é possível identificar uma redução gradativa nos padrões não alfabetizados mais acentuada no ano de 2013. No ano letivo de 2009, 21% dos alunos foram identificados no padrão de desempenho não alfabetizado, ou seja, não tinham conhecimento mínimo da escrita, frente ao ano de 2019 onde, 5,5% dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino não estavam alfabetizados no término do 2º ano do ensino fundamental.

Eis a notável importância da escala de proficiência, quando traz ao educador a clareza da competência/habilidade do aluno e que, o esforço é necessário para a melhoria do ensino e aprendizagem. E para além de sua importância, é fundamental pensar, também, na sua apropriação, análise e observação à nível de Rede de Ensino, como ocorreu em Fortaleza, por meio dos planos de metas previstos na Lei 169 e elaborados pelas unidades escolares, na perspectiva de superar suas dificuldades. Vejamos, abaixo os percentuais de alunos alfabetizados conforme apresentados no Gráfico 10:

Gráfico 10 – Percentual de alunos alfabetizados – 2º ano



Fonte: CAED/Seduc/CE (2020).

Observa-se, pelos dados expostos acima, que o percentual de crianças que adquiriram o domínio da escrita e da leitura no 2º ano é expressivo. O percentual anual apresentado é o percentual acumulado de crianças no padrão de desempenho suficiente e desejável. Justifica-se a somatória do percentual, haja vista, que as crianças que se encontram nesses padrões, atingiram proficiência de 125 pontos até superior a 150 pontos, com habilidades de compreensão global do texto desenvolvidas e ou capaz de estabelecer relações entre as partes do texto. Em suma, as crianças estão alfabetizadas.

O município partiu de 39,9% em 2009 para 94,4%, em 2019 de alunos do 2º ano do ensino fundamental alfabetizados.

É possível levantar a hipótese de que os avanços alcançados sejam frutos dos investimentos no Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic) com sua política de formação docente e do conjunto de estratégias pedagógicas desenvolvidas que primam pelo atendimento individual das necessidades dos alunos. O Programa dispensa apresentação e possui inúmeras publicações que tratam de suas expressivas ações de ajuda aos municípios cearenses na questão de alfabetizar na idade certa.

O município de Fortaleza abraçou o programa, quando de sua criação, em 2007, mas fortaleceu sua atuação a partir de 2013 com o processo de formação continuada dos

profissionais envolvidos, garantindo a continuidade e a consolidação do processo de aprendizagem.

As estratégias pedagógicas do Paic divulgadas pelo Boletim do Professor - Língua Portuguesa - Ano 2016 foram:

1. Coletar e conhecer os materiais de orientação para sala de aula; 2. Comparar descritores/habilidades avaliadas nos testes do Spaece-Alfa 2016 com os conteúdos abordados e avaliados em sala de aula; 3. Elaborar o Plano de curso, com os conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano; 4. Comparar os resultados das avaliações internas com os resultados das avaliações externas; 5. Relacionar os dados das avaliações com os conteúdos indicados no Plano de curso (SEDUC/CE, 2016, p. 53).

Enfatiza-se que as estratégias apresentadas perpassam o conhecimento. Conhecimento dos instrumentos norteadores do currículo, que transitam a sala de aula: orientações curriculares, Projeto Político Pedagógico, livros e materiais didáticos, matrizes de referência da avaliação; conhecimento dos descritores do Spaece-Alfa, para culminar em um plano que concretiza a relação de conhecimento construído nesse processo; a estratégia de comparabilidade dos resultados das avaliações internas escolares com os resultados obtidos na avaliação Spaece-Alfa, numa rotina de acompanhamento da aprendizagem imediata do aluno.

Por fim, na linha de estudo adotada, foram esses os dados encontrados e consolidados. Na construção dessa análise, pode-se verificar inúmeras ações que podem ter influenciado o crescimento da proficiência do 2º ano do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Fortaleza, no entanto, buscou-se apresentar aqui as ações macro, de onde poderão se alicerçar outras atitudes.

Os resultados do estudo indicam que as políticas públicas educacionais adotadas confirmam a premissa de Lima (2010), quando nos afirma a necessidade de transformação das práticas pedagógicas vigentes, bem como, no acompanhamento da educação de forma global por meio dos indicadores e dados confiáveis.

4 CONCLUSÃO

Investir no processo de alfabetização das crianças no início de seu percurso escolar demonstra ser a decisão mais sensata de uma rede de ensino. Essa determinação traz benefícios que podem ser observados, a partir do acompanhamento dos índices educacionais ao longo do processo do ensino fundamental, como é o caso do Ideb e dos indicadores de rendimento: as taxas de aprovação, reprovação e abandono. Tal resolução pressupõe uma série de ações voltadas para a disseminação da necessidade de mudanças na prática pedagógica, bem como a consolidação dessas ações, visando o chão da escola, a sala de aula. O propósito está, portanto, em criar uma rede fortalecida que ofereça uma educação de qualidade, com equidade, onde todos tenham a leitura como um direito.

A decisão em implementar tais estratégias avaliativas parte do órgão máximo do Estado, alterando as legislações bases das políticas educacionais e financeiras, como no caso do Estado do Ceará, quando altera a lei de repasse do ICMS ao município, mudando sua Constituição, e atrelando os repasses aos resultados educacionais de cada município.

Além disso, o contexto analisado, especificamente no capítulo 3, contou com o fortalecimento de um programa de cooperação técnica entre Estado e Municípios, disponibilizando formação continuada de professores, apoio à direção escolar, diretrizes pedagógicas, investimento financeiro, dentre outros, como é o caso do Paic.

No âmbito municipal a regulamentação das políticas, por meio da Lei 169/2014, impulsionou mudanças nas práticas gestoras, destacando o líder educacional, com foco priorizado no pedagógico, e acima de tudo, escolhido por meio de um processo democrático.

Os princípios da gestão democrática no município, a partir da lei são: participação da comunidade nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados; respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos; autonomia escolar; transparência da gestão da escola; garantia de qualidade, traduzida pela busca da elevação permanente do nível de aprendizagem dos alunos; democratização das relações pedagógicas e de ambiente propício ao aprendizado e à construção do conhecimento; valorização do profissional da educação; escolha de gestores por seleção pública (FORTALEZA, 2014).

A valorização e a qualificação da gestão democrática e da participação social como mecanismo de parceria, além da busca conjunta pela qualidade educacional, com a implementação de organismos colegiados nas escolas (Conselho Escolar, Unidade Executora, Grêmios Estudantis) e em outras instâncias de gestão (Colegiado de Diretores, Comitê de Aprendizagem, Comitê Executivo, Comitê dos Distritos e Comitê de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários), tem a potencialidade de propiciar a formação cidadã dos estudantes (FORTALEZA, 2014).

A obrigatoriedade prevista na Lei da construção do Plano de Metas da Escola, também proporciona a reflexão coletiva do diagnóstico da unidade escolar, a consciência de onde estamos e para onde devemos seguir.

A análise das proficiências do município de Fortaleza trouxe à tona, a realidade da aprendizagem focada no ambiente escolar, aliadas a diretriz do Paic de comparabilidade dos resultados internos da escola e os resultados das avaliações externas e a criação do Programa Escola com Excelência em Desempenho que instituiu o Prêmio Municipal de Gestão Escolar, que premia escolas com bons resultados obtidos.

Ainda no âmbito municipal, tem destaque a criação em 2014, de um sistema próprio de avaliação, o SAEF, que monitora a aprendizagem aluno a aluno, escola a escola, num termômetro dos resultados previstos para o Spacece-Alfa.

Os resultados desse estudo indicam que as políticas públicas educacionais adotadas, confirmam a premissa de Lima (2010), quando nos afirma a necessidade de transformação das práticas pedagógicas vigentes, bem como no acompanhamento da educação de forma global, por meio dos indicadores e dados confiáveis.

Ao aderir à política prioritária do Governo do Estado do Ceará, do Programa de Alfabetização na Idade Certa – Paic e adotar as outras iniciativas apresentadas nesse artigo, demonstrou-se assim, o compromisso de consolidar o hábito de monitoramento da trajetória escolar da Rede, trazendo à luz o uso de indicadores que retratam a realidade escolar e que apontam as intervenções precisas e necessárias e, principalmente, o compromisso de erradicar o analfabetismo, possibilitando o acesso e a permanência dos estudantes a uma educação de qualidade, com a finalidade de proporcionar uma trajetória escolar exitosa aos seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

CAED, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, **Padrões de desempenho - Alfabetização**. Disponível em <http://www.space.caedufjf.net/o-sistema/padroes-de-desempenho/> Acesso em 17 jan. 2021.

CAED. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, **Resultados**. Disponível em <http://www.space.caedufjf.net/resultados/> Acesso em 17 jan. de 2021.

CEARÁ. **LEI Nº 12.612, de 07 de agosto de 1996. Define, na forma do Art. 158, Parágrafo Único, II, da Constituição Federal, critérios para distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios**. Disponível no Diário Oficial do Estado do Ceará de 12.08.96.

CEARÁ, **LEI N.º 15.922, de 15 de dezembro 2015. Altera a redação do Inciso II do Art. 1º da Lei Nº12.612, de 7 de Agosto de 1996**. Disponível no Diário Oficial do Estado do Ceará de 15.12.2015.

FORTALEZA. **Mensagem à Câmara Municipal**. Disponível em: <http://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/instrumentos-de-planejamento/mensagem-a-cmf.html> Acesso em 20 dez de 2020.

FORTALEZA. **Lei Nº 10.371 DE 24 DE JUNHO DE 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação 2015-2025- PME, e alinha ao Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e revoga a Lei nº 9 441, de 30 de dezembro de 008, do Poder Executivo Municipal**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/download-diario?objectId=workspace://SpacesStore/98d78114-2795-48c2-b624-555082c02555;1.1&numero=15549> Acesso em 20 dez de 2020.

FORTALEZA. **Lei Nº 169 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014. Dispõe sobre a gestão democrática e participativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, institui o Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do ensino (PMDE), modifica o Estatuto do Magistério de Fortaleza, e dá outras providencias**. Fortaleza, 2014. Disponível no Diário Oficial do Município de 12 de setembro de 2014

FRANCISCO, I. J. **A Atuação do Diretor de Escola Pública: Determinações Administrativas e Pedagógicas do Cotidiano Escolar**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/cp018921.pdf. Acesso em 28 jan. de 2021.

FREIRE, Emanuella Sampaio. **Avaliação formativa da alfabetização: uma proposta para acompanhar o desenvolvimento da leitura das crianças do 2º ano do ensino fundamental** / Emanuella Sampaio Freire. – 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 27 set de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados - Fortaleza código: 2304400** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>? Acesso em 27 set de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2009-2019. Brasília: MEC, 2020

LIMA, Alessio Costa. **Ciclo de Avaliação da Educação Básica do Ceará: Principais Resultados**. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1757/1757.pdf> Acesso em 28 ago. de 2020.

LOPES, Afonso Filho Nunes, VIEIRA, Lídia Maria Nunes, RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. **O Saef como instrumento de avaliação educacional** (Belo Horizonte, online) [online]. 2017, vol.2, n.6. ISSN 2526-1126. <http://pensaraeducacao.com.br/reducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/08/08-O-Saef-COMO-INSTRUMENTO-DE-AVALIAÇÃO-EDUCACIONAL.pdf>. Acesso em 28 jan. de 2021

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PERRY, Flavia Almeida. **Escalas de proficiência: diferentes abordagens de Interpretação na avaliação educacional em larga escala** / Flavia Almeida Perry. - 2009.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Guia de estudo: avaliação continuada**. Seduc/CE, 2009.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Boletim do Professor: Matemática**. Seduc/CE, 2016.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Revista do Professor - Língua Portuguesa**. Spaace-Alfa – 2016 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2016), Juiz de Fora, 2016 – Anual.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – Spaace-Alfa**. Disponível em <https://www.seduc/ce.ce.gov.br/resultado-spaace-alfa/> Acesso em 17 out de 2020.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaace)**. Disponível em: <https://www.seduc/ce.ce.gov.br/spaace>. Acesso em 17 out de 2020.

SEDUC. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Resultados Spaace-Alfa**. Disponível em: <https://www.seduc/ce.ce.gov.br/resultado-spaace-alfa/>. Acesso em 17 out de 2020.

SHIRASU, M. R.; IRFFI, G. D.; PETTERINI, F. C. **Melhorando a qualidade da educação por meio do incentivo orçamentário aos prefeitos: o caso da Lei do ICMS no Ceará**. Ceará, 2013. Disponível em <https://caen.ufc.br/wp-content/uploads/2013/06/melhorando-a->

qualidade-da-educacao-por-meio-do-incentivo-orcamentario-aos-prefeitos-o-caso-da-lei-do-icms-no-ceara.pdf. Acesso em 17 jan. de 2021.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: Recortes da trajetória cearense**. Estudos Avançados. 21. 10.1590/S0103-40142007000200004. 2007.